

*Direito*  
**PROCESSUAL**

---

25 ANOS DE PROCESSO CONSTITUCIONAL



**PUC Minas**  
**INSTITUTO DE**  
**EDUCAÇÃO CONTINUADA**

GRÃO-CHANCELER

Dom Walmor Oliveira de Azevedo

REITOR

Prof. Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

DIRETOR DA EDUCAÇÃO CONTINUADA • IEC PUC MINAS

Prof. Miguel Alonso de Gouvêa Valle

COORDENADOR DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PROCESSUAL

Prof. João Antônio Lima Castro <http://lattes.cnpq.br/3057169550902581>

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dayse Starling Lima Castro <http://lattes.cnpq.br/8319912559762715>

Prof. Fabrício Veiga Costa <http://lattes.cnpq.br/7152642230889744>

Profa. Isabela Dias Neves <http://lattes.cnpq.br/9053854828646187>

Prof. João Antônio Lima Castro <http://lattes.cnpq.br/3057169550902581>

Prof. Marcelo Cunha de Araújo <http://lattes.cnpq.br/0639602557564194>

Prof. Sérgio Henriques Zandona Freitas <http://lattes.cnpq.br/2720114652322968>

ORGANIZADOR DA OBRA: Prof. João Antônio Lima Castro

PROJETO GRÁFICO

Carla Clark (31) 9950.8157 [carlaclark@imdp.com.br](mailto:carlaclark@imdp.com.br)  
<http://lattes.cnpq.br/0975920324587658>

#### FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

D598

Direito Processual: 25 anos de processo constitucional / Organizador:  
João Antônio Lima Castro. Belo Horizonte: PUC Minas, Instituto de  
Educação Continuada, 2013.  
712 p.

ISBN 978-85-98185-27-9

Coletânea de artigos dos especialistas em Direito Processual pelo IEC/  
PUC Minas.

Bibliografia.

1. Direito processual. I. Castro, João Antônio Lima. II. Pontifícia  
Universidade Católica de Minas Gerais. Instituto de Educação  
Continuada. Título.

CDU: 347.9

*Trabalhos realizados para fins acadêmicos do Curso de Pós-Graduação em Direito Processual PUC Minas-IEC.*

É PROIBIDA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL, SEJAM QUAIS FOREM OS  
MEIOS EMPREGADOS, SEM A PERMISSÃO POR ESCRITO DOS AUTORES.  
IMPRESSO NO BRASIL . PRINTED IN BRAZIL

VENDA PROIBIDA

# PROCESSO CONSTITUCIONAL

*Vitor Júnio Gregório* \_\_\_\_\_ 20

EFETIVIDADE DO PROCESSO COMO DIREITO DEMOCRÁTICO

*Isabela Enoque Silva* \_\_\_\_\_ 33

CONSTITUIÇÃO E PROCESSO: EM BUSCA DA ARGUMENTAÇÃO NA  
PROCESSUALIDADE CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICA

*Marcelo Alves Alessandrini* \_\_\_\_\_ 42

A COMPREENSÃO CRÍTICO-CONSTITUCIONAL E DEMOCRÁTICA  
DA REPERCUSSÃO GERAL DE QUESTÃO CONSTITUCIONAL SOB A  
ÓTICA DO DIREITO DE AMPLO ACESSO AO JUDICIÁRIO

*Bernardo Augusto Abucater Azevedo* \_\_\_\_\_ 50

A TEORIA DA ASSERTÇÃO E A FORMAÇÃO PARTICIPADA DO  
PROVIMENTO DE MÉRITO COMO COROLÁRIO DA GARANTIA  
CONSTITUCIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA

*Laís Zica Quinaud* \_\_\_\_\_ 59

(IN) CONSTITUCIONALIDADE DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE  
DEMANDAS REPETITIVAS PREVISTO NO ANTEPROJETO DO NOVO  
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

*Alexandre Magela Silva* \_\_\_\_\_ 72

ANÁLISE CRÍTICO-CONSTITUCIONAL DO DOGMA DA  
VITALICIEDADE DOS MAGISTRADOS: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DA  
PROCESSUALIDADE DEMOCRÁTICA

*Celso Aguiar de Oliveira* \_\_\_\_\_ 82

EMENDA CONSTITUCIONAL N. 62/2009: BASES DE SUA  
INCONSTITUCIONALIDADE

*Sérgio Henriques Zandoná Freitas e*

*Carla Regina Clark da Costa* \_\_\_\_\_ 91

DEVIDO PROCESSO CONSTITUCIONAL E INSTITUTOS JURÍDICOS  
DE TEORIA GERAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

## PROCESSO COLETIVO

*Eber Silvestre Barbosa Filho* \_\_\_\_\_ 115

A TUTELA PROCESSUAL INIBITORIA NAS AÇÕES COLETIVAS: A PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS DIFUSOS NA CONSTRUÇÃO DO PROVIMENTO

*Grazielle Ferreira Rocha* \_\_\_\_\_ 125

LEGITIMIDADE PROCESSUAL DO CIDADÃO NAS AÇÕES COLETIVAS E ANÁLISE CRÍTICA DO INSTITUTO DO "AMICUS CURIAE"

*Fernanda Santos Gomes Rodrigues* \_\_\_\_\_ 135

O PROCESSO COLETIVO COMO MECANISMO DE IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO A SAÚDE

## TEORIA GERAL DO PROCESSO

*Kellen Rodrigues Morato* \_\_\_\_\_ 143

DOS OBSTÁCULOS AO ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL NA TEORIA INSTRUMENTALISTA DE PROCESSO

*André Luís Silva Filomano* \_\_\_\_\_ 147

PROPOSIÇÃO DE RELEITURA ETIMOLÓGICA E INSTITUCIONAL DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO SOB O ESPEQUE DO PROCESSO CONSTITUCIONAL: REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE INAUGURAL E EPISÓDICA DO PROCESSO.

*Alessandra Alves de Carvalho* \_\_\_\_\_ 154

RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL

*Fabiana Aparecida Fernandes* \_\_\_\_\_ 161

COISA JULGADA E O PRAZO BIENAL DA AÇÃO RESCISÓRIA QUANDO DECISÃO FUNDADA EM PROVA FALSA

*Cristiano Meneses Resende* \_\_\_\_\_ 169

RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA FACE À DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI FUNDAMENTADORA DA DECISÃO RESCINDENDA

*Darília Rodrigues da Silva Leite* \_\_\_\_\_ 175

A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA E A AÇÃO AUTÔNOMA  
QUERELA NULLITATIS

*Nathalia Antunes Barbosa* \_\_\_\_\_ 182

ARTIGO 285-A DO CÓDIGO PROCESSO CIVIL: DA RESOLUÇÃO  
LIMINAR DE MÉRITO E SUAS INCONGRUÊNCIAS

*Carolina Moreira Gonzalez Fonseca* \_\_\_\_\_ 189

O DIREITO PROCESSUAL E O JURISPRUDENCIALISMO: ANÁLISE  
DA ATUAÇÃO DO MAGISTRADO NAS DEMANDAS DE FAMÍLIA NO  
ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

## PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL

*Ana Luíza Potty Lopes* \_\_\_\_\_ 199

A NECESSÁRIA RESPONSABILIZAÇÃO OBJETIVA DO ESTADO PELA  
MOROSIDADE DA JUSTIÇA

*Izabella Ferreira Neves Bitencort* \_\_\_\_\_ 206

OS IMPACTOS DA FALTA DE ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO  
NO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL

*Flávio de Sousa e Silva* \_\_\_\_\_ 210

O DIREITO FUNDAMENTAL À TEMPESTIVA PRESTAÇÃO DA  
ATIVIDADE JURISDICIONAL EM PROCESSO: MATRIZ NORMATIVA E  
PERSPECTIVAS

*Vantuir de Oliveira Machado Junior* \_\_\_\_\_ 222

A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO PERECIMENTO DE DIREITOS EM  
RAZÃO DA VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO  
PROCEDIMENTO

*Aline Loredane Gonçalves* \_\_\_\_\_ 232

INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA  
DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO NO ATUAL JUDICIÁRIO

*Marina Randazzo Amaral Ribeiro* \_\_\_\_\_ 243

A EFETIVIDADE NORMATIVA DO PROCESSO ELETRÔNICO NO  
CONTEXTO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO: UMA ANÁLISE  
DO PONTO DE VISTA PRINCÍPIOLÓGICO

*Aline Moreira Mendes* \_\_\_\_\_ 249

O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO COMO PROMESSA DE  
EFETIVAÇÃO DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DE CELERIDADE  
PROCESSUAL

## ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA

*Anna Luiza Carvalho de Berrêdo* \_\_\_\_\_ 263

PODER GERAL DE CAUTELA E SUAS LIMITAÇÕES

*Ana Flávia Almeida* \_\_\_\_\_ 268

DA TUTELA ANTECIPADA PELO INCONTROVERSO

*Priscilla Grossi* \_\_\_\_\_ 274

ANTECIPAÇÃO DE TUTELA “EX OFFÍCIO” COMO GARANTIA DE  
ACESSO À ORDEM JURÍDICA EFICAZ NO ESTADO DEMOCRÁTICO  
DE DIREITO: UM ESTUDO SOB O ENFOQUE INSTRUMENTALISTA  
DO PROCESSO

*André Macedo Carneiro Machado* \_\_\_\_\_ 278

A EFICÁCIA DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA EM  
SENTENÇA

*Gustavo de Castro Marchini* \_\_\_\_\_ 287

ANTECIPAÇÃO DE TUTELA NAS AÇÕES DE NATUREZA  
PREVIDENCIÁRIA

## PROVAS

*Laura Soares dos Reis* \_\_\_\_\_ 293

A TEORIA DA CARGA DINÂMICA DA PROVA À LUZ DO ESTADO  
DEMOCRÁTICO DE DIREITO

*Marina Fadini de Leon Tanure*\_\_\_\_\_ 300

ANÁLISE CRÍTICO-CONSTITUCIONAL-DEMOCRÁTICA DA  
VALORAÇÃO DAS PROVAS PELO JUIZ

*Isabela de Oliveira Silva*\_\_\_\_\_ 308

A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO CÓDIGO DE DEFESA DO  
CONSUMIDOR COMO GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

*Luciana Mara de Faria*\_\_\_\_\_ 316

A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO NAS AÇÕES CONSUMERISTAS

*Luiz Felipe Andrade Costa*\_\_\_\_\_ 322

O ÔNUS DA PROVA NAS AÇÕES DE ALIMENTOS

*Janine de Carvalho Teixeira Rezende*\_\_\_\_\_ 328

DAS PROVAS ILÍCITAS NO PROCESSO ELEITORAL

## JUIZADOS ESPECIAIS

*Larissa Moreira Lima*\_\_\_\_\_ 335

O DEVIDO PROCESSO LEGAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

*Luciana Alves França*\_\_\_\_\_ 341

DEVIDO PROCESSO CONSTITUCIONAL: SUA MITIGAÇÃO NOS  
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, ANALISADA À LUZ DE RECURSOS  
INADMISSÍVEIS COMPATÍVEIS COM O RITO SUMARÍSSIMO

*Aline Beatriz Bibiano*\_\_\_\_\_ 351

CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA COMO MECANISMO  
DE CONTROLE DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS  
ESTADUAIS

*Marcus Vinicius Ladeia*\_\_\_\_\_ 365

DO CABIMENTO DO RECURSO ADESIVO NO JUIZADO ESPECIAL  
CÍVEL

## RECURSOS

*Paola Cristina Rodrigues de Farias*\_\_\_\_\_ 377

A VERTICALIZAÇÃO DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E ANÁLISE DESTA NO PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

*Sydneia Alves e Sousa*\_\_\_\_\_ 386

SÚMULA IMPEDITIVA DE RECURSO COMO MECANISMO DE CELERIDADE PROCESSUAL: MITO OU VERDADE?

*Lucas Alves França Netto*\_\_\_\_\_ 393

A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO PREMATURO

*Guilherme Soares de Araújo*\_\_\_\_\_ 398

ACESSO LEGÍTIMO À JURISDIÇÃO: ANÁLISE CRÍTICA DA REPERCUSSÃO GERAL DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

*Ana Paula Santiago Amaral*\_\_\_\_\_ 406

O RECURSO EXTRAORDINÁRIO COMO UMA MODALIDADE DO PROCESSO COLETIVO COM O ADVENTO DA REPERCUSSÃO GERAL DE QUESTÃO CONSTITUCIONAL

*Fernando Costa Sad Neto*\_\_\_\_\_ 416

REPERCUSSÃO GERAL DE QUESTÃO CONSTITUCIONAL COMO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO: ANÁLISE DOS ASPECTOS PROCESSUAIS E PRÁTICOS

*Izabela Santos Canhestro*\_\_\_\_\_ 423

O RECURSO ESPECIAL ADMITIDO PELA FAZENDA PÚBLICA EM REEXAME NECESSÁRIO

*Vivian Leila de Oliveira Santos*\_\_\_\_\_ 429

A PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS NA CONSTRUÇÃO DO PROVIMENTO PROFERIDO EM SEDE DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO NAS AÇÕES COLETIVAS



*Aline Caixeta Brandão* \_\_\_\_\_ 436

RECURSO ESPECIAL E OS PROBLEMAS ENFRENTADOS EM RELAÇÃO  
AOS EFEITOS OBSTATIVOS CRIADOS PELO ATIVISMO JUDICIAL

## AÇÃO CIVIL PÚBLICA

*Carlos Henrique Honorato Amaral* \_\_\_\_\_ 442

A COMPETÊNCIA NAS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS ENVOLVENDO A  
UNIÃO E AS AUTARQUIAS FEDERAIS – ESTUDO INICIAL DE UMA NOVA  
PROPOSTA DE COMPETÊNCIA

## EXECUÇÃO FISCAL E FAZENDA PÚBLICA

*Daniela Lopes Bueno* \_\_\_\_\_ 453

AS PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO E OS  
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO

## PROCESSO PENAL

*Gabriel Vieira Figueiredo Sapucaia* \_\_\_\_\_ 463

DEVIDO PROCESSO LEGAL E O PROCESSO PENAL DO ESTADO  
DEMOCRÁTICO DE DIREITO

*Clenderson Rodrigues da Cruz* \_\_\_\_\_ 469

A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DOS PODERES INSTRUTÓRIOS DO  
JUÍZO PENAL FRENTE AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

*Paula Oliveira Brasil* \_\_\_\_\_ 477

ANÁLISE CONSTITUCIONALIZADA DO SISTEMA PROCESSUAL  
PENAL BRASILEIRO E O PAPEL DOS MAGISTRADOS NA INSTRUÇÃO  
CRIMINAL

*Gleicinéia Aparecida de Oliveira* \_\_\_\_\_ 486

DAS MEDIDAS NÃO RESTRITIVAS DE LIBERDADE E O PODER QUE O  
JUÍZ TEM DE DECLARAR DE OFÍCIO

*Ludmila Corrêa Dutra*\_\_\_\_\_ 496

A NOVA SISTEMÁTICA DAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS NO  
PROCESSO PENAL

*Raquel Cristina de Sousa Freitas*\_\_\_\_\_ 503

TRANSAÇÃO PENAL E A MITIGAÇÃO DO CONTRADITÓRIO

*Gláucia Lopes Pereira Coelho*\_\_\_\_\_ 509

ANÁLISE DA JURIDICIDADE DA FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR  
PERDAS E DANOS NA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA: UM  
ESTUDO SOB A ÓTICA COMPETENCIAL

*Guilherme Matheis Venâncio Duarte*\_\_\_\_\_ 519

O MINISTÉRIO PÚBLICO E A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

*Érica Patrícia Moreira de Freitas*\_\_\_\_\_ 529

A UTILIZAÇÃO DA RETÓRICA NO TRIBUNAL DO JÚRI EM  
DETRIMENTO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

*Fernanda Batista Bittencourt*\_\_\_\_\_ 539

O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO NO INQUÉRITO POLICIAL SOB  
UMA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL

*Daniel Emilio Raminho*\_\_\_\_\_ 548

O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DO DEVIDO PROCESSO  
LEGAL NA FASE PROCEDIMENTAL DO INQUÉRITO POLICIAL

*Ednilson Gomes dos Santos*\_\_\_\_\_ 555

O INQUÉRITO POLICIAL E SUA NECESSÁRIA ADEQUAÇÃO AO  
MODELO CONSTITUCIONAL DE PROCESSO PENAL

*Ana Paula Brandão Braga Galastro*\_\_\_\_\_ 562

ASPECTOS POLÊMICOS DA AÇÃO PENAL 470/STF - MENSALÃO: A  
INTERPRETAÇÃO DOS EMPATES A FAVOR DOS RÉUS

*Cinthia dos Santos Moura*\_\_\_\_\_ 570

ASPECTOS PROCESSUAIS DA NOVA LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO

## PROCESSO DO TRABALHO

*Fernanda Alvarenga Bicalho* \_\_\_\_\_ 579

COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA: MODERNIZAÇÃO DAS  
RELAÇÕES DE TRABALHO OU RESTRIÇÃO AOS DIREITOS DO  
TRABALHADOR?

*Paula Guimarães Gomes Dutra* \_\_\_\_\_ 586

O IUS POSTULANDI NA JUSTIÇA DO TRABALHO

*Sibele Fernanda Prado da Silva* \_\_\_\_\_ 592

A PROVA DO ASSÉDIO MORAL NO PROCESSO DO TRABALHO

*Viviana dos Santos Luz* \_\_\_\_\_ 598

TERCEIRIZAÇÃO - PARADOXO DO DIREITO DO TRABALHO  
CONTEMPORÂNEO: ENFOQUE ACERCA DA ISONOMIA  
REMUNERATÓRIA

*Rodrigo Augusto Azevedo de Oliveira* \_\_\_\_\_ 609

A RELEITURA CRÍTICA DA FÉ PÚBLICA DOS AUDITORES-FISCAIS DO  
TRABALHO A PARTIR DA PROCESSUALIDADE DEMOCRÁTICA: UM  
ESTUDO SOBRE O PRISMA DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO,  
AMPLA DEFESA, ISONOMIA PROCESSUAL E DEVIDO PROCESSO  
LEGAL

## PROCESSO ADMINISTRATIVO

*Maria Andréia Lemos* \_\_\_\_\_ 622

O PRINCÍPIO DA VERDADE MATERIAL NO PROCESSO  
ADMINISTRATIVO PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS

## ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

*Christiane Neves Procópio Malard* \_\_\_\_\_ 629

A DEFENSORIA PÚBLICA COMO AGENTE LEGITIMADO A MEDIAÇÃO  
NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A DEMOCRATIZAÇÃO  
DO SISTEMA DE JUSTIÇA

*Karla Viviane Silva Costa* \_\_\_\_\_ 638

ARBITRAGEM COMO SOLUÇÃO NAS RELAÇÕES CONSUMERISTAS

## CONTRATOS

*Natália Nery Soares* \_\_\_\_\_ 647

A VEDAÇÃO DA CONDUTA CONTRADITÓRIA NA RELAÇÃO  
CONTRATUAL: VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM

## SUCCESSÃO

*Liliane Rosa Cardoso dos Santos* \_\_\_\_\_ 657

A IMPRESCRITIBILIDADE DA PETIÇÃO DE HERANÇA

## PRINCÍPIOS

*Naiara Leão Rodrigues* \_\_\_\_\_ 665

A TÉCNICA DA PONDERAÇÃO DE INTERESSES À LUZ DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

*João Paulo Alves dos Reis* \_\_\_\_\_ 677

PODER JUDICIÁRIO E REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO

*Marília Carvalho de Oliveira* \_\_\_\_\_ 687

PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE: A PARCIALIDADE  
FUNDAMENTADA DO JULGADOR COMO LEGITIMADORA DO  
PROVIMENTO FINAL

*Nathália Gusmão Brides* \_\_\_\_\_ 698

O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO E A BUSCA POR UM  
CONTRADITÓRIO EFETIVO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

*Viviane Simone de Moraes* \_\_\_\_\_ 703

O PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO  
MAGISTRADO E A COMPARTICIPAÇÃO PROCESSUAL